

A violência de gênero sob a perspectiva étnico-racial

» JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Desembargadora no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS) e cofundadora do Grupo de Trabalhos e Estudos Zumbi (TEZ)

A violência contra a mulher, que fere de forma indelével sua dignidade humana e impede o seu pleno desenvolvimento, representa um dos maiores desafios para os direitos humanos na atualidade. E quando buscamos analisar a questão sob o prisma da interseccionalidade, constatamos a sobrecarga da opressão a que estão sujeitas as mulheres negras, discriminadas não apenas por seu gênero, mas por suas características sociais e étnico-raciais.

Em todo o país, os números da violência de gênero contra a mulher revelam que as negras sofrem o dobro das agressões perpetradas contra as brancas. Dos casos de violência física, às vias de fato e estupro, a proporção se repete. Nos casos de homicídios e feminicídios, a relação se amplia: as negras sofrem o triplo. Esse resultado é insofismável e demonstra a profunda correlação entre cor e etnia e a probabilidade de a mulher negra sofrer violência.

Conclui-se ser indispensável que o Estado invista em ações que previnam, coibam e punam todo tipo de preconceito e discriminação. Incluir como obrigatória a disciplina de direitos humanos nos currículos escolares é apenas um exemplo a ser implantado, possibilitando o desenvolvimento de uma formação mais humanista, que cultive a diversidade em suas múltiplas formas, a tolerância e a cultura da paz como elementos indispensáveis a um Estado Democrático de Direito. Da mesma maneira, os

programas de formação e capacitação profissional dos operadores do direito, promotores, defensores públicos, magistrados e respectivos servidores propiciarão maior sensibilização desses agentes públicos para a realidade de proteção e suporte às mulheres negras, em especial às vítimas de violência.

É urgente a implementação de alternativas eficazes que alterem o estado de vulnerabilidade em que se encontram essas mulheres, dando concretude aos direitos contidos na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. É também imperioso facilitar às comunidades quilombolas e aos bairros periféricos o acesso ao sistema de justiça que atua no combate à violência de gênero, considerando a situação de vulnerabilidade das mulheres negras.

Mesmo com instrumentos legais eficientes, a falta de uniformidade de informações nos sistemas processuais do país, que nem sempre têm campo de gênero e raça, dificulta que a proteção para mulheres negras seja semelhante à de mulheres brancas. A inserção do elemento raça em todos os órgãos que trabalhem com a temática da violência de gênero nos ajudará concretamente a dimensionar as fragilidades desse segmento e atuar numa linha mais prospectiva e de maior suporte.

É de fundamental importância também disseminar na sociedade e, em especial, junto às mulheres negras informações sobre racismo, sexismo

e classismo, fomentando a discussão desses temas, para que se torne público o sofrimento experimentado no ambiente privado, dando visibilidade aos conflitos nele estabelecidos e aos canais de atendimento e de suporte às vítimas de violência.

Assim tematizadas, as violações constantes de direitos poderão ser objeto de pesquisa, contempladas nas leis e por políticas públicas, mas, acima de tudo, impulsionarão novas formas de coibir, prevenir e punir todos os tipos de preconceito, discriminação e outras violências, sejam eles arraigados ou novos.

Na caminhada histórica pela conquista dos direitos civis, as mulheres traçaram suas próprias trajetórias, sendo as mais exitosas as que foram fruto da junção de esforços para a concretização desses objetivos. Nesse sentido, é essencial dar o destaque merecido e a devida importância ao movimento que clama por uma maior presença de mulheres negras no nosso Judiciário, que será tanto mais efetivo na promoção da justiça quanto mais diverso for em sua composição.

Por fim, é fundamental que o movimento de mulheres negras, bem como os órgãos e as instituições incumbidos da defesa desses direitos, prossigam vigilantes e atuantes, diante de tempos de intolerância e retrocesso no que diz respeito a minorias e grupos vulneráveis, para que, efetivamente, a igualdade de gênero, a social e a étnico-racial sejam uma realidade.

Em defesa do interesse nacional e dos empregos no Brasil

» MIGUEL TORRE

Presidente da Força Sindical

Chamou-me a atenção a reação de alguns setores à decisão da indústria do aço de pedir elevação emergencial e temporária da alíquota de importação de 18 produtos siderúrgicos para fazer frente à avalanche do aço que vem ingressando, especialmente da China. Esses setores, de forma intrigante e incompreensível, alegam que a iniciativa não só estaria associada a um suposto oportunismo de elevação de preços, como também inviabilizaria o processo de reindustrialização.

A importação e a exportação de bens fazem parte do livre mercado, desde que observadas práticas justas de comércio. Não é o que vem acontecendo. Há um enorme excesso de capacidade de produção de aço no mundo, grande parte instalado na Ásia. Há, vale ressaltar, uma desaceleração do crescimento, especialmente na China, diminuindo o consumo de aço em seu mercado doméstico. Diante da produção anual de mais de 1 bilhão de toneladas de aço, cerca de 31 vezes maior do que a produção de aço no Brasil, as siderúrgicas chinesas precisaram encontrar uma solução urgente para seus estoques.

A solução até então encontrada foi simples. Graças aos subsídios recebidos do governo, as empresas chinesas, em grande parte estatais, vêm exportando produtos siderúrgicos a preços abaixo de seus custos de produção.

É com essa situação que a indústria de aço brasileira está se defrontando atualmente. Alguns distribuidores e consumidores de aço no país vêm se aproveitando dessa prática destrutiva para importar grandes volumes de produtos siderúrgicos e, em silêncio, aumentar suas margens, mesmo que à custa da destruição do parque siderúrgico do país e da perda de empregos. Neste momento, garantir empregos de qualidade e especializados é questão muito importante para o Brasil.

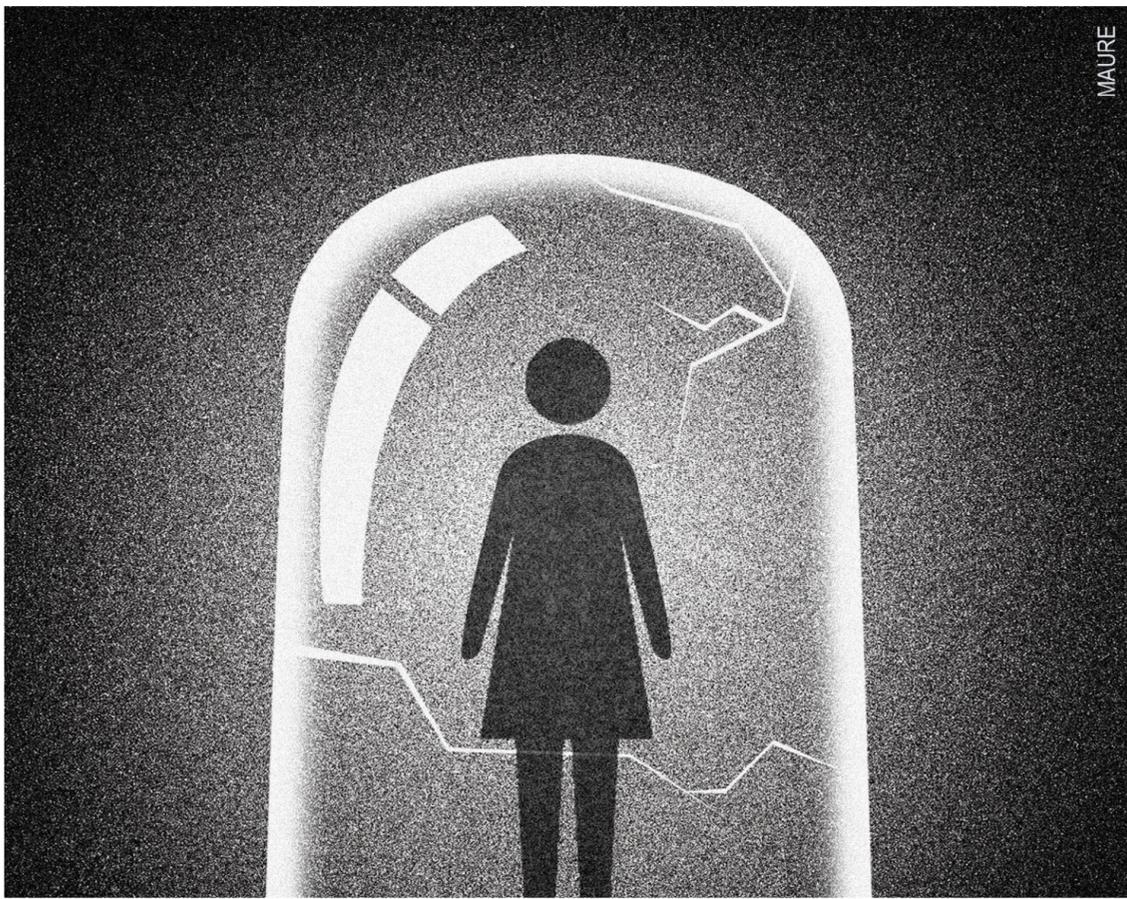
Nos últimos 10 anos, a média mensal de importações de aço foi de cerca de 252 mil toneladas, sendo 113 mil toneladas da China. Em 2023, a média de janeiro a agosto foi de 398 mil toneladas mensais, sendo 216 mil da China, 54% do total. Em setembro, as importações brasileiras alcançaram o volume de 550 mil toneladas, 67% provenientes da China. Nesse mês, as importações representaram 23% do consumo no país, quando historicamente esse percentual era de 12%.

Para fazer frente a essa avalanche de aço, é compreensível e defensável que a indústria do aço esteja pleiteando a elevação da alíquota de importação de alguns produtos para 25%, dos atuais 9,6%. Não se trata de invenção brasileira: outros países seguiram o mesmo caminho. Estados Unidos, Reino Unido, 27 países europeus e o México já elevaram a alíquota para 25%.

Precisamos parar de exportar renda e empregos para outros países e voltar a ter uma produção industrial feita por brasileiros e para os brasileiros. A reindustrialização defendida pelo governo, pelas indústrias e por nós, trabalhadores, pressupõe o fortalecimento das cadeias de produção no país e a maior oferta de empregos qualificados. Uma indústria nacional forte é base essencial para o crescimento da economia brasileira.

Nós, trabalhadores, defendemos a produção industrial, investimentos em tecnologia e desenvolvimento social como motor do crescimento econômico e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Se nada for feito para controlar as importações predatórias de aço, mais siderúrgicas paralisarão suas operações, gerando demissões, desabastecimento de aço e consequente desarranjo das cadeias produtivas no país. É importante destacar que há uma cadeia, com geração de empregos, nos setores metalúrgico, químico, minério, transporte, alimentício, entre outros.

Neste cenário, todos nós seremos perdedores. O Brasil precisa de uma política de fortalecimento da indústria, que garanta empregos de qualidade e competitividade no cenário internacional.



Por que há guerras?

» JOSÉ HORTA MANZANO

Empresário

A pesar de soar meio infantil, a pergunta “Por que há guerras?” também pode ser feita pelos adultos que somos. Por que é que o *Homo sapiens* continua a escolher o tacape para resolver suas pendengas? Em princípio, a parafernália de que hoje dispomos para nos comunicar deveria ser suficiente para os humanos se entenderem e resolverem conflitos pelo diálogo. É desconcertante constatar que, na hora agá, ainda se opta pela força bruta.

Para nós que, do outro lado do oceano, vivemos distantes do palco dos acontecimentos, essa guerra entre Israel e o Hamas não faz sentido. Por que razão o braço armado do partido Hamas lançou um ataque terrorista e sangrento contra civis israelenses? Imaginavam varrer o país do mapa com foguetes imprecisos, tomada de reféns e golpes de facão?

Tampouco faz sentido os israelenses sufocarem e invadirem a Faixa de Gaza com forças de terra, mar e ar. Pretendem varrer todos os gazeus do mapa a rajadas de metralhadora? No burburinho das vielas, como vão reconhecer os terroristas? Não abordam cada homem e exigir que prove não ser membro do Hamas?

Como se vê, visto daqui, esse morticínio não faz sentido, por nos parecer dar voltas em torno da questão sem resolvê-la. Fica a impressão de que, por mais que haja matança e destruição, os combates não se esgotam um dia, e a situação regredirá ao “status quo ante bellum”, ou seja, ao ponto exato em que estava antes da guerra. Terá sido um enfrentamento inútil.

Os observadores situados longe de Israel e da Palestina não estão necessariamente familiarizados com os fluxos e refluxos da política da região, que funciona na base do ódio mútuo, difuso, antigo e encruado. Isso faz que os espectadores esporádicos que somos não captemos a realidade do terreno, o que nos leva a dar nosso apoio a este ou aquele lado seguindo considerações subjetivas e alheias ao contexto.

Uma vista d'olhos nas análises publicadas estes últimos dias em importantes veículos da imprensa internacional confirma a coexistência de apreciações disparates, que variam muito, sempre baseadas em critérios distantes da realidade local.

O *Financial Times* considera que “a corrida do Ocidente para dar respaldo a Israel corrió o apoio que os países em desenvolvimento dão à Ucrânia”. Em suma, os esforços feitos durante quase dois anos para convencer países mais pobres a apoiar a Ucrânia estariam sendo jogados no lixo em poucas semanas. O Brasil é apontado como um dos que levantaram objeções ao apoio a Israel.

Outros veículos, como *Le Monde*, vão pela mesma trilha. O diário francês sublinha a sinuca em que se meteram os países do dito “Sul Global”, que não sabem mais a qual dos lados dar seu apoio. O hong-konguês *South China Morning Post* ressaltava que o presidente Ramaphosa, da África do Sul, apareceu outro dia numa manifestação pública portando nos ombros

uma faixa com as cores da Palestina. Outros órgãos da mídia evidenciam detalhes, contudo sem roçar o cerne da questão.

Uma análise do historiador israelense Yuval Harari, publicada no *Washington Post* e replicada em diversos veículos internacionais, me parece particularmente sagaz. Harari está convencido de que o Hamas, ao desencadear essa guerra, sabia muito bem o que estava fazendo e aonde pretendia chegar. A organização terrorista não tem interesse na paz, visto que só tem chance de sobreviver se a região se mantiver em estado permanente de beligerância.

O objetivo maior do Hamas é destruir Israel e estabelecer na região um califado regido pela xaria, o direito islâmico. Com o ataque de 7 de outubro, venceu batalhas importantes. Ofuscou a guerra na Ucrânia e desviou as atenções do planeta para a região palestina. Abriu nova clivagem entre as nações, que ora se dividem entre as que apoiam Israel e as que defendem a causa palestina.

Nesta altura dos acontecimentos, já temos algumas certezas. A normalização das relações entre Israel e a vizinhança árabe, encetada havia meses, entra em hibernação. A sensação de relativa segurança que reinou nestes últimos anos em Israel se dissipou. A paz na região está mais distante do que nunca.

Por que há guerras? A resposta é complicada, mas uma coisa é certa: o pogrom lançado pelo Hamas marcou os espíritos e vai ecoar por décadas.